

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA - FACH**

Jonathan Postaue Marques

CIÊNCIAS HUMANAS EM QUESTÃO: uma análise da epistemologia presente na
quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente de Schopenhauer

CAMPO GRANDE

2023

Jonathan Postaue Marques

CIÊNCIAS HUMANAS EM QUESTÃO: uma análise da epistemologia presente na
quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente de Schopenhauer

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para
obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Weiny César Freitas Pinto

Coorientador: Prof. Dr. Guilherme M. Germer

CAMPO GRANDE

2023

JONATHAN POSTAUE MARQUES

CIÊNCIAS HUMANAS EM QUESTÃO: uma análise da epistemologia presente na
quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente de Schopenhauer

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para
obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Campo Grande, ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Weiny César Freitas Pinto (Orientador)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Cristina de Souza Agostini (Examinadora)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Guilherme Marconi Germer (Examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Karine, que sempre esteve presente em cada etapa da graduação, ela me ofereceu apoio incondicional. Agradeço a minha família, seu amor e incentivo foram decisivos no difícil processo de produção deste trabalho. Agradeço ao amigo e professor Weiny César, sua orientação, discussões e tarefas me ajudaram a compreender o papel do pesquisador, educador e o valor das ciências humanas. Agradeço aos professores e professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que me ajudaram direta ou indiretamente a perceber a complexidade da vida. Agradeço especialmente aos meus queridos amigos e amigas, as longas discussões que fizemos me ajudaram a perceber que produzir conhecimento não é possível quando sozinho. Agradeço também a coorientação do professor Guilherme Germer, suas orientações e paciência foram imprescindíveis para melhor desenvolver minhas ideias.

“Uma vez que o pressuposto sempre a priori feito por nós de que tudo tem uma causa é o que nos autoriza, por toda parte, a perguntar “por quê?”, então pode-se denominar o “porquê” como a mãe de todas as ciências.”

“Todas as ciências, com efeito, baseiam-se no princípio de razão, na medida em que consistem inteiramente em ligações entre razões e consequências.”

Schopenhauer

Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente

“[...] objetividade e métodos nas ciências humanas. O contexto é a máxima de Platão segundo a qual a verdade (e, junto com ela, a "objetividade") é aquilo que, escondido, deve ser mostrado. No caso das ciências humanas, em sua condição de ciências empíricas, mostrado não só com os métodos da razão (ou método do logos), com a demonstração (prova "lógica"), mas com métodos empíricos (prova empírica ou experimental), associados à observação e à experiência.”

"A exigência de objetividade, [...] Impõe-se, por fim, pela necessidade de a ciência ater-se em suas formulações ao real e apoiar-se em indícios do próprio real em seus vaticínios, sob pena de, ao não o fazer, perder o real, evadir-se em abstrações e tomar uma quimera pela realidade [...]"

Domingues

Epistemologia das ciências humanas

RESUMO

Esta pesquisa analisa a epistemologia presente na obra *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente* (1813/2019), de Arthur Schopenhauer (1788-1860). No livro, o autor apresenta o princípio de razão suficiente como fundamento do conhecimento científico. Vamos mostrar que a teoria do conhecimento presente na *Quádruplice* é contrária a qualquer tipo de relativismo epistemológico. Ao analisar a situação da filosofia e das ciências humanas na contemporaneidade, constatamos que ambas sofrem ataques de diversos setores da sociedade, sendo acusadas de relativistas, ideológicas e demasiado abstratas, distantes do “mundo da vida”. Diante desse quadro, recorreremos ao filósofo brasileiro, Ivan Domingues (1952), que possui um programa de solução para o problema das ciências humanas; programa no qual, cabe ao filósofo a responsabilidade de pensar a reunião entre as ciências humanas e sociais. Nesse sentido, escolhemos Schopenhauer e o seu método, oferecido na *Quádruplice*, para fazer face às acusações direcionadas à filosofia às ciências humanas, e para pensar o problema epistemológico que as envolve.

Palavras-chave: Schopenhauer – Ciências Humanas – Princípio de Razão Suficiente – Ivan Domingues – Método.

ABSTRACT

This research analyzes the epistemology present in the work *On the fourfold root of the principle of sufficient reason* (1813/2019) by Arthur Schopenhauer (1788-1860). In the book, the author presents the principle of sufficient reason as the foundation of scientific knowledge. We will show that the theory of knowledge in the *fourfold root* contradicts any epistemological relativism. When analyzing the situation of philosophy and human sciences in contemporary times, we found that both suffer attacks from different sectors of society, being accused of being relativistic, ideological, and very abstract, far from the “world of life.” Faced with this situation, we turn to the Brazilian philosopher Ivan Domingues (1952), who has a solution program for the problem of human sciences, the program in which it is up to the philosopher to think about the meeting between the human and social sciences. In this sense, we chose Schopenhauer and his method, offered in the *fourfold root*, to face the accusations directed from philosophy to the human sciences and to think about the epistemological problem that involves them.

Keywords: Schopenhauer – Human Sciences – Principle of Sufficient Reason – Ivan Domingues – Method.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A QUADRÚPLICE RAIZ DE SCHOPENHAUER	11
1.1 Sobre a distinção entre razão de conhecimento e conhecimento de causa.....	11
1.2 O princípio de razão suficiente em Descartes e Leibniz	12
1.3 O princípio de razão suficiente em Kant e seus sucessores	13
1.4 Sobre o princípio de razão suficiente.....	14
1.5 Primeira raiz: princípio de razão suficiente do devir – entendimento	15
1.6 Segunda raiz: princípio de razão do conhecer – razão	18
1.7 Terceira raiz: princípio de razão do ser – sensibilidade.....	20
1.8 Quarta raiz: princípio de razão suficiente do agir ou autoconsciência	20
2 SOBRE A OBJETIVIDADE NO CONHECIMENTO DO MUNDO	22
2.1 Sensação e percepção	22
2.2 Distinção de entendimento e razão no conhecimento objetivo do mundo.....	26
2.3 Sobre o conceito de matéria.....	28
2.4 Lei de causalidade e a cientificidade na investigação da motivação humana.....	30
3 O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO	33
3.1 Filosofia, Ciências Humanas e Humanidades: contextualização histórica	33
3.2 Fundamentação do problema.....	36
3.3 A questão das ciências humanas a partir de Schopenhauer.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O problema desta pesquisa é o estatuto da filosofia e das ciências humanas no mundo contemporâneo, ambas consideradas relativistas (sem objetividade) e sem utilidade prática. A filosofia, mais que qualquer outra “ciência humana” é a área mais marginalizada¹. Pensando neste cenário, será empreendida uma análise da obra *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente*, do filósofo Arthur Schopenhauer, demonstrando como o filósofo garante a objetividade no conhecimento do mundo e oferece um método epistemológico por meio de uma teoria da realidade. O problema desta pesquisa não é diretamente debatido por Schopenhauer, afinal, em seu período histórico as ciências humanas ainda não haviam sido constituídas enquanto campo disciplinar, porém neste trabalho analisamos em que medida sua epistemologia contribui para um problema que é contemporâneo. No contexto histórico, Schopenhauer produz a obra *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente* pensando no problema de uma ciência que desconsidera o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento, assim, demonstrando os limites do excesso de objetividade do realismo ou dogmatismo metafísico.

Por meio desta crítica, Schopenhauer propõe o uso do princípio de razão suficiente para afirmar que é possível uma ciência que prescindia do sujeito, assim, contribuindo para nosso objeto de pesquisa. Ainda que o problema de Schopenhauer não seja o mesmo que analisamos neste trabalho, pode-se constatar que sua filosofia oferece grandes contribuições para justificar a cientificidade da filosofia e ciências humanas em geral.

Este trabalho segue o programa filosófico proposto pelo filósofo brasileiro, Ivan Domingues, segundo o qual o filósofo é responsável por pensar uma união entre as ciências humanas, valorizando a interdisciplinaridade. Pensando no papel de destaque do filósofo, esta pesquisa irá investigar o trabalho de Arthur Schopenhauer, e a hipótese de trabalho é a de que a filosofia schopenhaueriana pode garantir a objetividade no conhecimento do mundo, contrariando o relativismo, oferecendo um modelo epistemológico para as ciências humanas, ciências da natureza e ciências formais.

Em resumo, se, dentre as ciências humanas, a filosofia é a disciplina mais questionada, e já que Ivan Domingues defende o papel central do filósofo para pensar o problema contemporâneo das ciências humanas, então, este trabalho se concentra no filósofo

¹ Segundo o filósofo francês Alain Badiou (1937) na obra *Para uma nova teoria do sujeito* (1994), o mundo contemporâneo é contrário a prática filosófica.

Schopenhauer – recorte desta pesquisa –, e se volta à análise do problema contemporâneo das ciências humanas – o objeto –, com a intenção de demonstrar sua objetividade, metodologia e cientificidade.

Serão apresentados no primeiro capítulo as confusões que envolvem o significado do princípio de razão ao longo da história da filosofia, uma apresentação sobre o princípio de razão suficiente, uma introdução às quatro raízes do princípio, e a concepção de ciência empregada por Schopenhauer. No capítulo dois, o leitor encontrará uma apresentação da primeira raiz (entendimento) e da quarta raiz (motivação), demonstrando como elas expressam a objetividade e cientificidade na investigação empírica da motivação humana. Por fim, no capítulo três serão apresentados: a) uma contextualização histórica sobre a origem das ciências humanas, a partir do filósofo brasileiro Ivan Domingues, b) uma fundamentação do problema epistemológico das ciências humanas, c) o método oferecido por Schopenhauer e sua relação com a filosofia e as ciências humanas. Por fim, nas considerações finais, serão apresentadas as conclusões e limites desta pesquisa.

1 A QUADRÚPLICE RAIZ DE SCHOPENHAUER

1.1 Sobre a distinção entre razão de conhecimento e conhecimento de causa

O objetivo geral deste primeiro capítulo, é introduzir o leitor a teoria do conhecimento de Arthur Schopenhauer, por meio da análise do princípio de razão suficiente, proposto por Schopenhauer em sua tese de doutorado, *Sobre a Quadrúplice Raiz do Princípio de Razão Suficiente* (1813). Inicialmente, a) serão apresentadas algumas confusões e erros identificadas por Schopenhauer no emprego do princípio ao longo da história da filosofia, b) após isso, o princípio de razão será esclarecido resumidamente. As questões que irão nortear o capítulo são: O que é o princípio de razão e suas raízes? O que é ciência para Schopenhauer?

Utilizando Aristóteles a partir da obra *Segundos Analíticos I*, Schopenhauer aponta que o princípio de razão pode ser diferenciado inicialmente em duas partes: 1) razão de conhecimento e 2) conhecimento de causa (SCHOPENHAUER, 2019. §6, p. 43); o primeiro diz respeito à lei lógica da razão que possibilita saber e provar que uma coisa é, e que fundamenta juízos. O segundo diz respeito a saber e provar “porque” algo é, e está ligado à lei transcendental de causalidade. Em outros termos, a distinção entre estes elementos merece atenção, pois cada um versa sobre um objeto de representação distinto: a razão de conhecimento possui como objeto os juízos e a lógica. Em contrapartida, o conhecimento de causa está associado a lei de causalidade que permeia as causas mecânicas, o entendimento (percepção), estímulos e motivos. O conhecimento de causa está ligado a percepção da realidade empírica, conhecimento de causa e efeito, versa sobre as modificações dos estados da matéria; já a razão de conhecimento é responsável por juízos e leis lógicas (SCHOPENHAUER, 2019. §7, p. 49).

Portanto, o aporte do *conhecimento de causa* é a matéria, enquanto a *razão de conhecimento* é fixada por palavras, a despeito de suas diferenças ambas são produtos de funções cerebrais. Sendo assim, o princípio de razão suficiente é dividido inicialmente por Schopenhauer em duas partes, uma diz respeito à fundamentação de juízos e a outra ao surgir de processos reais (SCHOPENHAUER, 2019. §6, p. 45). O filósofo aponta que essa diferenciação fundamental não foi bem desenvolvida em filosofias anteriores, ainda que defendessem a existência de uma razão suficiente pecaram ao não distinguir razão de conhecimento e conhecimento de causa.

1.2 O princípio de razão suficiente em Descartes e Leibniz

Schopenhauer aponta que Descartes erra ao não levar em conta a distinção fundamental entre razão de conhecimento (lei lógica) e conhecimento de causa (causa e efeito), e que tal confusão levou Descartes a propor a prova ontológica da existência de Deus (SCHOPENHAUER, 2019. §7, p. 47). O engodo ocorre, segundo Schopenhauer, pois “a imensidão de Deus é uma razão de conhecimento da qual se segue que Deus não carece de nenhuma causa” (2019, §6, p. 47). Ou seja, Deus é conhecido por meio de um juízo pelo atributo de “imensidão”, mas e quanto sua causa? (sendo causalidade a alteração de estados dos objetos materiais). Onde há a necessidade de uma causa Descartes insere uma razão de conhecimento (imensidão), de modo a defender que a razão pelo qual conhecemos Deus anula a existência de uma prova real (causal). Em outras palavras, a razão pelo qual o conhecemos é seu atributo de infinitude, então ele não precisa de uma causa para existir.

Portanto, Descartes expõe um conceito (Deus) atribuindo a ele diversos predicados, entre eles o de “perfeição e imensidão”, sendo que, tudo é feito de tal forma que possui uma verdade lógica. Schopenhauer diz que “ele extrai de seu conceito arbitrariamente excogitado também o predicado da realidade ou da existência: e por causa disso, então, deve existir na realidade um objeto correspondente ao conceito, independentemente deste!” (2019, §6, p. 49). Definir uma coisa e provar sua existência são coisas distintas, portanto definir as propriedades de Deus não prova sua existência, a definição de algo diz respeito ao que é pensado e a existência versa sobre algo que existe efetivamente.

Schopenhauer afirma que Leibniz foi o primeiro a estabelecer formalmente o princípio de razão suficiente como fundamento do conhecimento e ciência, mas apesar deste reconhecimento, Schopenhauer defende que Leibniz não foi seu inventor. Por exemplo, o filósofo cita uma passagem de Platão na obra *Timeu*: “é necessário que tudo o que ocorre, ocorra por meio de uma causa; pois como poderia ocorrer sem ela?” (SCHOPENHAUER, 2019. §6, p. 39). Além disso, Aristóteles também cometa o princípio, a partir da obra *Segundos analíticos I*: “Acreditamos sem mais compreender toda coisa quando acreditamos conhecer a razão em virtude da qual a coisa é, a saber, que ela é fundamento para a coisa, e que não é possível que isso se passe de outra maneira” (SCHOPENHAUER, 2019. §6, p. 41).

O princípio de razão é estabelecido por Leibniz como fundamento do conhecimento, mas sua fundamentação não adentra discussões sistemáticas sobre a distinção entre razão de conhecimento e conhecimento de causa (SCHOPENHAUER, 2019. §7, p. 61). Schopenhauer

aponta que o filósofo faz menção as duas distinções, mas afirma que não há uma “sistematização” dos dois significados principais do princípio, não existe uma firme distinção. Schopenhauer pretende acabar com a obscuridade em torno do princípio de razão e suas diversas aplicações, seu objetivo é garantir clareza no filosofar. O filósofo argumenta que Leibniz fez sua menção principal ao princípio na versão francesa da obra *Princípio de filosofia*, intitulada *Monadologie*. Segue a baixo a citação de Leibniz, recortada por Schopenhauer:

“Em virtude do princípio de razão suficiente, consideramos que nenhum fato pode ser verdadeiro ou existente, nenhuma enunciação verdadeira, sem que haja uma razão suficiente, pela qual isso seja assim e não de outro modo.” (Schopenhauer, 2019. §9, p. 63)

1.3 O princípio de razão suficiente em Kant e seus sucessores

Schopenhauer afirma que Kant fez sua principal menção ao princípio no escrito, *Sobre uma descoberta após a qual toda Crítica da razão pura deve ser tornada dispensável*, onde há uma distinção entre princípio lógico e princípio transcendental (SCHOPENHAUER, 2019. §13, p. 69). O princípio lógico é formal e versa sobre o fato de que toda proposição possui uma razão. Por outro lado, o princípio transcendental está ligado ao elemento material da realidade, diz respeito ao fato de que cada coisa possui sua razão. Os sucessores da escola kantiana mantiveram a distinção entre razão de conhecimento e conhecimento de causa, dentre eles Schopenhauer cita o filósofo Kiesewetter.

Kiesewetter é apresentado por Schopenhauer a partir da obra *Lógica*, em que há a seguinte citação “Não há que se confundir razão lógica (razão de conhecimento) com a real (causa). O princípio de razão suficiente pertence à Lógica, a lei de causalidade à Metafísica” (§ 13, p. 71). Portanto, o princípio é objeto de reflexão na história da filosofia e sua característica inicial bipartite foi muitas vezes ignorada; outras vezes foi levada em consideração, mas com erros. Finalmente em Kant e sua escola o princípio é analisado a partir de suas formas principais, sendo que a obscuridade relativa à distinção entre conhecimento de causa e razão de conhecimento envolveu a filosofia em muitas confusões conceituais.

1.4 Sobre o princípio de razão suficiente

O princípio de razão suficiente não pode ser provado por si mesmo, visto que a tentativa de provar sua “existência” já incorre no uso do princípio. Em outros termos, a necessidade de apresentar uma razão para algo já pressupõe a ideia de que todo juízo deve possuir uma razão, sendo assim, exigir uma prova para a existência do princípio já é a aplicação dele *ipsis litteris* (SCHOPENHAUER, 2019. §14, p. 75). Portanto, o princípio de razão é uma proposição sintética a priori (SCHOPENHAUER, 2019. §52, p. 347), pois é a expressão comum de quatro leis, ele está limitado a sensibilidade, entendimento, razão, sujeito e objeto. Sendo o princípio de razão suficiente a priori, sua fundamentação é puramente intelectual e conseqüentemente sua ação está circunscrita apenas a faculdade representacional, não há como aplicar o princípio a algo que não é objeto de um sujeito.

Portanto, segundo o princípio de razão é possível uma investigação objetiva do mundo, contrariando a ideia de que a filosofia encerra o conhecimento em um subjetivismo. No entanto, essa “objetividade do mundo” se dá apenas por meio do intelecto, deste modo, não faz sentido cogitar a existência de uma ordem do mundo coerente e independente do sujeito. Para Schopenhauer o mundo é representação, portanto, a razão pela qual as coisas aparecem de uma forma e não de outra, reside apenas no cérebro daquele que conhece.

Sendo assim, é preciso se ater à distinção fundamental entre razão de conhecimento e conhecimento de causa, afinal, a modificação de um objeto real é diferente da formulação de um juízo. O princípio de razão sempre estabelece uma relação necessária entre os membros de um sistema – sejam juízos ou objetos materiais – pois tudo sempre é apenas em virtude de outro, e nisto consiste a razão de expressão do princípio de razão. Portanto, o princípio é fundamento de todo conhecimento científico, pois ele autoriza perguntar por toda parte o “por quê?” de um juízo ou acontecimento real; essa pergunta só existe porque há uma razão suficiente para todo objeto da representação.

Portanto, ciência é um sistema de conhecimentos interligados entre si (SCHOPENHAUER, 2019. §4, p. 35); em contraposição, a opinião pode ser entendida como um agregado de conhecimentos desconexos. O princípio de razão é responsável pela ligação necessária dos membros de um sistema, por isso ele é fundamento do conhecimento científico. Sendo assim, Schopenhauer parece demonstrar a importante contribuição da filosofia para a ciência, afinal toda investigação começa com um "por que razão isso é ou ocorre", a filosofia justamente estabelece este princípio e esclarece suas figuras, portanto, ela oferece a teoria da realidade ou epistemologia, com base na qual o conhecimento se dá.

Portanto, o princípio de razão suficiente é a priori, fundamento de toda ciência e produto do intelecto; sendo assim, tudo que é objeto para um sujeito é passível de investigação. Os objetos para o sujeito foram divididos inicialmente em duas partes, conhecimento de causa e razão de conhecimento, porém, em realidade os objetos possíveis de representação são quatro. Sendo assim, o princípio de razão não parte de uma única fonte de conhecimento (apenas um objeto), mas ela é a base de diversos conhecimentos fundamentais (vários objetos); portanto, é preciso clareza ao determinar sobre qual raiz se está apoiando.

O princípio de razão – tudo que é possui uma razão para ser – é um juízo que possui um quádruplice fundamento: não são quatro fundamentos diferentes que conduzem a um mesmo juízo, mas apenas um único fundamento que se apresenta de forma quádrupla (SCHOPENHAUER, 2019. §33, p. 249). A partir disto vem à luz o título da obra “Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente”. O que está posto é: o princípio possui uma universalidade abstrata que se adapta à diversidade de objetos do conhecimento. Portanto, a depender do objeto de análise, o princípio se expressa de modo diferente; no entanto, permanece sendo o ponto em comum dos diferentes objetos investigados. O que permanece independente das espécies de objetos é a raiz do princípio, e Schopenhauer aponta que essa raiz é ramificada em quatro classes, sendo que, nelas quatro estão divididos tudo que pode se tornar objeto para nós, no interior da representação (à parte das Ideias platônicas, objeto da arte, nas quais não entramos neste trabalho). Em cada raiz, o princípio de razão surge de um modo diferente, mas continua o mesmo em todos os casos.

1.5 Primeira raiz: princípio de razão suficiente do devir – entendimento

O princípio de razão possui uma quádrupla raiz, não são quatro fundamentos diferentes, mas apenas um fundamento (princípio), sendo que, ele é expresso de quatro modos, pois segundo Schopenhauer estes são o número de objetos possíveis para o conhecimento. Sendo assim, a primeira classe de objeto possível ou representação é a realidade empírica, seu conteúdo é a matéria e sua forma é tempo (sentido interno) e espaço (sentido externo): estes dois sentidos só podem ser percebidos por meio da matéria. Portanto, o que chamamos mundo não é dado apenas pelo tempo ou espaço, mas sim, no conjunto destes dois sentidos a realidade empírica se apresenta como o conhecemos. A reunião destas formas se dá pelo entendimento, uma função cerebral que age de modo intuitivo, ou seja, imediato, por isso Schopenhauer inicia

sua obra pela realidade empírica, pois segundo o filósofo, este é o objeto de representação mais fácil de ser apreendido.

O tempo puro é caracterizado pela sucessão contínua, divisibilidade infinita, portanto, caso ele fosse sozinho a única forma da representação empírica, não haveria simultaneidade, permanência ou duração. O tempo, enquanto forma, só pode ser percebido quando preenchido pela matéria, pois a alteração de um objeto em comparação com aqueles que são simultâneos a ele, possibilitam a percepção da sucessão. Contudo, a simultaneidade não é possível no tempo, o simultâneo só pode ocorrer pela representação do espaço em que tudo apenas é simultaneamente; sendo assim, caso o espaço fosse a única forma de representar, não haveria mudança alguma, nenhuma sucessão. Apenas pela reunião de espaço e tempo o mundo empírico pode ser percebido, em outros termos, as formas de tempo e espaço são unidas pelo entendimento (função cerebral) e assim, a realidade empírica é representada com sucessão e duração. O tempo puro, enquanto forma (sem matéria), é divisibilidade infinita e o espaço puro, enquanto forma, é extensão infinita (SCHOPENHAUER, 2019. §18, p. 87), por meio da reunião destes elementos o mundo material se dá. Sendo assim, ainda que tempo e espaço sejam opostos, suas diferenças são compensadas na matéria que é incriada e indestrutível.

O entendimento reúne tempo e espaço, mas o mundo é conhecido imediatamente apenas por meio do tempo (sentido interno), pois aparece para o sujeito apenas uma representação de cada vez, ainda que composta. No ponto de indiferença entre passado e futuro, está o presente, apenas no intervalo entre as duas diferentes direções do tempo as representações são possíveis. Portanto, se conhece imediatamente apenas pelo sentido interno do tempo; já o espaço, enquanto sentido externo, surge a partir da ação do entendimento sobre as formas heterogêneas da sensibilidade, tornando as sensações efeitos que possuem uma causa externa, tudo isso é perpassado pela percepção do tempo, e assim, o sujeito é submetido à presença imediata (o presente) do mundo empírico. Portanto, para que a representação de mundo ocorra, deve haver uma estimulação dos sentidos (tato, visão, etc.), sendo que o próprio corpo é objeto entre objetos, portanto, também está submetido às leis causais que governam os estados da matéria.

O idealismo transcendental de Schopenhauer é caracterizado pelo fato de que o mundo é apenas representação, não há contato com coisas em si mesmas, o mundo seria fruto da sensibilidade e percepção do sujeito. Em contrapartida, Schopenhauer aponta que o realismo ignora que o objeto fora da relação com o sujeito, não permanece objeto, ou seja, sem sujeito não há realidade objetiva. Portanto, o realismo concebe os objetos do mundo com uma existência em si, independentemente do sujeito o mundo continua a existir, não há representação alguma. Ademais, a classe de objetos aqui discutida é a realidade empírica, e a

primeira raiz do princípio de razão surge a partir dela como lei da causalidade, também chamada de princípio de razão suficiente do devir (SCHOPENHAUER, 2019. §20, p. 97).

O conhecimento que temos da lei de causalidade é transcendental, anterior e condicionante de toda experiência, ela insere o mundo nos moldes de um fenômeno cerebral, pois a causalidade não estaria presente nos objetos com existência em si, mas a causalidade é vista a partir da relação de sujeito e objeto. Todos os objetos estariam em uma relação de determinação recíproca entre si, ou seja, estão ligados pela alteração contínua de seus estados, caso um novo estado surja é preciso que um estado anterior o tenha precedido. No entanto, a lei de causalidade não versa sobre um objeto surgindo a partir de outro, afinal, a matéria é incriada, o princípio de razão suficiente do devir versa apenas sobre a alteração de estados da matéria. Segundo Schopenhauer, por exemplo, se um objeto se altera entrando em combustão é preciso que exista um estado “(1) de afinidade com o oxigênio, (2) de contato com o oxigênio, (3) de uma determinada temperatura” (2019. §20, p. 97).

A cadeia de causalidade não possui início ou fim, pois os objetos sempre estão em constante modificação, sendo que, o conjunto de *modificações* é chamado de causa e o resultado (corpo em combustão) seu efeito. As únicas coisas que permanecem diante da infinita cadeia de causa e efeito é a *matéria* e as *forças da natureza originárias* (SCHOPENHAUER, 2019. §20, p. 119), a matéria é o pano de fundo em que as modificações ocorrem e as forças da natureza são as alterações possíveis dos estados dos objetos. As forças da natureza são imutáveis, permanentes e universais, assim como a gravidade e a eletricidade; em contrapartida, as causas são transitórias e impermanentes. De modo mais elucidativo, a *gravidade*, por exemplo, *é constantemente presente*, mas as modificações dos estados da matéria em decorrência da ação da gravidade, são *causas transitórias*.

“Toda força da natureza genuína – portanto, efetivamente originária –, a que pertence toda propriedade química fundamental, é essencialmente *qualitas occulta* (qualidade oculta), isto é, não é suscetível a qualquer explicação física.” (SCHOPENHAUER, 2019, §20, p. 121)

Deste modo, matéria e as forças da natureza originárias podem ser compreendidas como o pano de fundo, aquilo por meio do qual as alterações ocorrem, sendo que, a lei da causalidade é a responsável por todas as alterações dos estados da matéria. A causalidade possui três formas distintas: causa, estímulo e motivo. A primeira forma é a causa que versa sobre modificações mecânicas, seu objeto é o reino inorgânico e o campo de estudo é a física e química; nela, o efeito é sempre proporcional à causa. A segunda forma é o estímulo, ele está ligado à vida orgânica de plantas (parte vegetativa), nela a ação e reação não são recíprocas. Por último, a

terceira forma é o motivo, ele corresponde à vida animal (consciência) e exige um intelecto. O motivo precisa ser percebido para surtir efeito, além de não precisar de contato constante; contrariamente a ele, os estímulos precisam de contato direto. O motivo é apenas a causalidade que atravessou a cognição (SCHOPENHAUER, 2019. §20, p. 125). As causas mecânicas estão relacionadas as ciências da física e química; os estímulos se relacionam à anatomia, fisiologia, botânica; por último a motivação é investigada pela história, ética e psicologia. (GERMER, 2022, p. 90).

1.6 Segunda raiz: princípio de razão do conhecer – razão

A segunda classe de objetos para o sujeito são os conceitos, representações abstratas que diferenciam os humanos dos animais, elas são um reflexo da realidade empírica, daí deriva o termo reflexão (SCHOPENHAUER, 2019. §27, p. 231). Ainda que a motivação esteja presente tanto no homem quanto no animal, os humanos possuem pensamentos, logo, podem escolher entre motivos; não existem apenas impulsos, mas existem propósitos e planos. Segundo Schopenhauer, ainda que os conceitos tornem a vida humana extraordinária, envolvem a humanidade na ilusão de que são absolutamente distintos dos outros animais, recusando a identidade que existe entre ambos, ignorando que os dois compartilham da mesma base vital: querem vida, bem-estar e propagação.

Os conceitos são representações de representações, portanto, perdem seu caráter intuitivo, pois seu objeto é apenas pensado e não intuído, no entanto, eles podem trabalhar com universais, pois desconsideraram as singularidades de natureza intuitiva e trabalham com as semelhanças. Essa classe de representação diz respeito apenas ao componente léxico, ela não é sustentada pela matéria, os conceitos são apoiados em palavras, mas mantém relação com o mundo empírico. As formas lógicas, expressões e relações gramaticais constituem uma ciência (SCHOPENHAUER, 2019. §26, p. 229), então, o mundo se torna abstraído sob a forma de conceitos, o que só ocorre por meio da linguagem. Para Schopenhauer, pensar não significa apenas ter conceitos abstratos em mente, mas sim, uma relação entre conceitos, o que se chama juízos; todo juízo expressa um conhecimento que pode ou não ser verdadeiro, além de que, eles permitem tomar mil coisas (particular) por meio de apenas uma (universal); no entanto, neste processo perde-se a natureza intuitiva.

Os conceitos são a essência da ciência, pois se parte do conhecimento particular (intuitivo) para o conhecimento universal (razão) (SCHOPENHAUER, 2019. §27, p. 233).

Contudo, todo pensar precisa de apoio em palavras ou fantasias (imagens mentais), sem uma delas não existem apoio algum ao pensamento. No entanto, palavras e fantasias não precisam estar presentes ao mesmo tempo, mas podem se relacionar; o pensamento ou é abstrato de modo puramente lógico ou mantém contato com as representações intuitivas para vincular o empírico com o abstrato. Este processo de relação entre intuição e razão é denominado por Schopenhauer de *força judicativa*, a) sendo a relação de uma razão puramente lógica uma *força judicativa reflexionante*, b) e a relação de razão e intuição é denominada *força judicativa de subsunção*. Schopenhauer afirma que as representações intuitivas são o núcleo verdadeiro do conhecimento e toda vez que se afasta desta fonte, perde-se originalidade, pois a intuição é a sede de toda invenção.

“Assim, todo palavrório pura e meramente racional é uma elucidação daquilo que decorre de conceitos dados, e por isso não traz à luz nada de verdadeiramente novo; portanto, poderia ser deixado para ser feito por cada um, em vez de encher-se com eles livros inteiros todos os dias.” (SCHOPENHAUER, 2019. §28, p. 239)

No entanto, pensar não significa apenas ter consciência de conceitos, em realidade pensar significa separação ou ligação de um ou mais conceitos de acordo com a lógica, então, forma-se um juízo. Todo juízo é a relação de separação ou ligação de conceitos. Os juízos pertencem à segunda raiz do princípio de razão suficiente, a saber, o princípio de razão do conhecer. Para o juízo expressar um conhecimento verdadeiro, ele precisa de uma razão suficiente, portanto, para atestar sua verdade ele precisa se relacionar com algo diferente dele, precisa ser comparado com os fundamentos dos juízos; sua razão. Os fundamentos podem ser divididos em quatro: 1) verdade lógica, 2) verdade empírica, 3) verdade transcendental e 4) verdade metalógica.

O primeiro versa sobre a inferência silogística, ou seja, as regras que precisam ser aplicadas aos juízos para que eles sejam verdadeiros, como por exemplo, o princípio de identidade, em que o triângulo é delimitado por três linhas (SCHOPENHAUER, 2019. §30, p. 243). Sendo assim, um juízo não é considerado verdadeiro a partir de sua lógica interna, mas por intermédio de uma verdade lógica formal. O segundo é a verdade empírica, em que um juízo se fundamenta sobre a experiência, ou seja, se dá na relação entre conhecimento intuitivo e abstrato; esta verdade está ligada às forças judicativas. O terceiro é a verdade transcendental, ela diz respeito ao aspecto formal do conhecimento intuitivo, ou seja, espaço e tempo tomados a priori, por exemplo: duas linhas retas não restringem um espaço (SCHOPENHAUER, 2019. §32, p. 247). Por fim, a verdade metalógica versa sobre o aspecto formal do pensamento, as

condições do pensamento, de modo que o sujeito que pudesse conhecer a si mesmo identificaria de pronto essas leis, são as seguintes:

“(1) um sujeito é igual à soma de seus predicados, ou $a = a$; (2) a um mesmo sujeito, não pode um predicado ser ao mesmo tempo atribuído e recusado, ou $a = -a = 0$; (3) de dois predicados opostos por contradições, um tem de ser atribuído a todo sujeito. (4) a verdade é a relação de um juízo com alguma coisa fora dele, enquanto sua razão suficiente.” (SCHOPENHAUER, 2019. §33, p. 247)

1.7 Terceira raiz: princípio de razão do ser – sensibilidade

A terceira classe de objetos para o sujeito é composta pelo aspecto formal da realidade empírica, são tempo (sentido interno) e espaço (sentido externo); aqui essas formas a priori são tomadas de modo puro, ou seja, sem o preenchimento da matéria. No espaço puro, todas as partes estão reciprocamente determinando e condicionando umas às outras, essa relação é chamada de posição e no tempo é denominada sucessão. A razão e a intuição não podem apreender essas formas puras, sua compreensão só é possível por meio da intuição pura a priori. A determinação de espaço e tempo é chamada de princípio de razão de ser, sua razão reside na geometria quando relacionada ao espaço e na aritmética quando ligada ao tempo.

1.8 Quarta raiz: princípio de razão suficiente do agir ou autoconsciência

Essa classe de representações é objeto imediato apenas do sentido interno, ela surge como sujeito do querer que é objeto de conhecimento do sujeito cognoscente; o sujeito do querer é cognoscível apenas no tempo, não no espaço. A representação é dividida em sujeito e objeto, a autoconsciência permite a divisão de um conhecido e um cognoscente (SCHOPENHAUER, 2019. §41, p. 311), sendo que, o conhecido surge como vontade. Deste modo, o sujeito se reconhece como querente e não como cognoscente, pois o sujeito do conhecimento não pode se tornar objeto de conhecimento, afinal a representação é dividida em sujeito e objeto. O objeto interno, ou seja, o conhecido é identificado como sujeito do querer, vontade, o que envolve afetos, paixões, desejos, sentimentos.

Schopenhauer aponta que a identidade entre o sujeito do querer e o sujeito do conhecimento é o nó do mundo, pois ambos se encerram por meio da palavra eu: quando se fala em sujeito não vale mais a regra da representação, existe uma união de sujeito e objeto. Como o sujeito do querer é dado de modo imediato à consciência, não se pode definir posteriormente

o que é o querer, pois ele é o conhecimento mais imediato, e deve iluminar os outros conhecimentos que são mediatos. Para toda ação se pode perguntar por que ela ocorreu, isto é, qual sua causa; no entanto, na primeira raiz a causalidade está associada ao movimento dos corpos, na intuição externa. Aqui, nesta classe de representações a causalidade opera no interior; do mesmo modo que existem ações físicas e químicas, ocorrem ações internas sem que sempre se compreenda seu início.

Contudo, sabe-se que os humanos são movidos na causalidade segundo motivos, isto pode ser concluído exteriormente e interiormente; portanto, a motivação é a causalidade, mas a partir do interior (SCHOPENHAUER, 2019. §43, p. 321). Sendo que a influência do sujeito do querer sobre o sujeito do conhecer está fundamentada na identidade entre ambos, pois os dois são identificados como “eu”. A vontade, por exemplo, faz com que o sujeito repita representações que outrora já estiverem presentes, deste modo, controla a associação de pensamentos. A vontade (sujeito do querer) impele o sujeito do conhecimento de acordo com seu interesse, ou seja, em conformidade com fins individuais. Porém, segundo Schopenhauer, este processo é tão rápido que passa despercebido à consciência, como uma ideia que surge sem qualquer relação com outra coisa.

2 SOBRE A OBJETIVIDADE NO CONHECIMENTO DO MUNDO

2.1 Sensação e percepção

O objetivo deste capítulo é aprofundar a reflexão sobre a primeira e quarta raiz do princípio de razão, demonstrando sua importância no pensamento de Schopenhauer para garantir uma investigação científica do mundo e do humano. Inicialmente serão apresentados os conceitos de matéria, causalidade e entendimento para assegurar o conhecimento objetivo do mundo. Posteriormente, será apresentada a última raiz do princípio de razão, correspondente à motivação, esclarecendo a epistemologia envolvida na investigação das motivações humanas. Sendo assim, em linhas gerais, este capítulo é um aprofundamento do capítulo anterior focado na objetividade do conhecimento e sua cientificidade.

Ao considerar a objetividade no conhecimento do mundo a partir do princípio de razão, a primeira questão a ser discutida é a oposição entre *sensação e entendimento (ou percepção)*; em outras palavras, a distinção entre *órgãos sensoriais e entendimento*. Para o filósofo, a objetividade do mundo não pode se dar a partir das sensações, pois elas possuem um caráter subjetivo, isto é, pessoal, por exemplo, determinam se algo é frio, quente, agradável ou desagradável (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 133). Por outro lado, a pressuposição de um mundo que surja objetivamente a partir de 1. órgãos sensoriais e 2. sem necessidade de cognição, pressupõe que tempo, espaço e causalidade existem por si mesmos. De modo que os nervos transmitem os dados da sensação e, ao chegarem no sujeito do conhecimento, o mundo aparece objetivamente. Schopenhauer argumenta que em realidade todo o sabor, som, odor, luz e tato são apenas *sensações* captadas pelas terminações nervosas, os órgãos sensoriais forneceriam apenas o material bruto.

Para Schopenhauer, a intuição do mundo empírico não é somente um produto dos cinco sentidos: as sensações são importantes, mas em realidade, o verdadeiro processo de objetividade se dá por meio do *intelecto*. Nas palavras de Schopenhauer, a objetividade se dá por meio da “intelectualidade da intuição” (2019. §21, p. 131), que é um produto do entendimento, uma função cerebral responsável pela lei de causalidade². Por intermédio do entendimento, a sensação subjetiva se torna uma intuição objetiva: os órgãos sensoriais fornecem apenas

² A lei da causalidade é a primeira raiz, corresponde ao princípio de razão suficiente do devir. O objeto da causalidade é o mundo empírico. Sendo que, cada objeto para o conhecimento do sujeito possui uma razão suficiente, de modo que lhe é permitido perguntar “por quê?” é assim, existindo, portanto, uma relação necessária dos membros de um sistema (pois não existe nada de isolado ou separado).

impressões subjetivas, pois não revelam nada que possa estar além da própria pele, elas estão limitadas ao subcutâneo (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 133).

Schopenhauer argumenta que as sensações oferecem o material bruto, que é encaminhado por meio das terminações nervosas até o cérebro, local em que o entendimento entraria em ação para tornar o mundo objetivo. A única função do entendimento é a lei de causalidade, sua ação faz com que os dados dos órgãos sensoriais sejam tomados como efeitos que possuem uma causa externa. O sentido externo do espaço, aparece objetivamente na realidade, mas antes disso está no cérebro e é tomado como auxílio para tornar o mundo materialmente objetivo e fora do corpo. Este processo não é fruto de uma abstração ou discurso, mas é um processo absolutamente intuitivo sem intermediação por conceitos, é imediato (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 135).

Portanto, Schopenhauer possui uma teoria do conhecimento baseada na representação, mas não adere a um subjetivismo; o mundo da representação é: “mundo objetivo, dos corpos, que preenche o espaço em três dimensões” (SCHOPENHAUER, 2019, §21, p. 135). Sendo assim, a primazia da objetividade está no entendimento; neste sentido, a percepção cotidiana do mundo é intelectual ao invés de se dar meramente na sensação. Schopenhauer argumenta que para que exista intuição objetiva são necessários apenas dois sentidos, o tato e a visão, os outros sentidos são considerados subjetivos, pois designam causas externas, mas não relações espaciais. Portanto, aqui se torna clara a relação das impressões dos sentidos com o sentido espacial: as sensações são tomadas pelo entendimento como efeitos e a causa é projetada externa e espacialmente segundo o sentido a priori do espaço. Deste modo, a forma envolve o conteúdo.

A intuição objetiva significa espacialidade, portanto, olfato, audição e paladar não são considerados objetivos, pois não produzem a intuição espacial, ainda que possam anunciar a existência de objetos. Segundo Schopenhauer: “Nunca podemos construir a rosa a partir de seu odor; e um cego pode ouvir música a vida toda sem adquirir a menor representação objetiva dos músicos, ou dos instrumentos, ou das vibrações do ar” (2019, §21, p. 137). A visão é caracterizada por oferecer dados à distância como um tatear de longo alcance, proporciona impressões de luz, sombra, tamanho, distância, mas pode ocasionar enganos, pois é intermediada pela luz. Em contrapartida, o tato oferece informações indubitáveis da materialidade, de modo imediato impressões como temperatura, solidez e maleabilidade são captados, tudo isso intermediado pela força dos músculos para captar rigidez e pelas mãos e dedos que oferecem impressões precisas para a construção espacial.

No entanto, apesar de toda essa magnitude das sensações, Schopenhauer assevera que elas não oferecem intuição alguma, afinal, a intuição diz respeito apenas ao entendimento, um produto cerebral. Os dados oferecidos pelo tato e visão são apenas o material bruto, o intelecto é o responsável por estabelecer as bases da realidade objetiva, que são, segundo Schopenhauer:

“A representação do espaço com suas três dimensões e da influência dos corpos uns sobre os outros, justamente com as propriedades de extensão, impenetrabilidade, coesão, forma, dureza, moleza, movimento, repouso – em resumo, a base do mundo objetivo.” (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 143)

Contudo, estes dados não estão impressos nos próprios objetos, do contrário, os sentidos captariam o mundo tal qual ele é, dispensando a necessidade do entendimento (intelecto) para apreender o mundo objetivo. Espaço, tempo e causalidade seriam a constituição do intelecto, portanto a partir da impressão dos órgãos sensoriais o intelecto engendra a realidade com as características de “mundo objetivo”. Sendo assim, tempo, espaço e causalidade não são oferecidos pelos sentidos, possuem origem interna e não externa, sua origem é intelectual e não imediatamente empírica. No entanto, espaço, tempo e causalidade enquanto funções cerebrais não seriam diferentes de outras funções vitais, assim como o estômago possui a função de digerir o alimento, o cérebro possui suas especificidades.

Portanto, sendo o entendimento uma função cerebral, todos os animais também possuem a mesma faculdade, não é uma exclusividade humana. Schopenhauer expressa no §21, p. 181, que todo animal possui experiência conforme a lei da causalidade, lhes é natural antecipar os efeitos e procurar causas (em graus distintos dos humanos), afinal, o mundo objetivo se dá intelectualmente. A sensação da visão, ou seja, estimulação da retina, é exemplificada por Schopenhauer como uma paleta de cores variadas, sem profundidade ou forma, um material bruto claro ou escuro. Fisiológica e fisicamente o processo da visão ocorreria da seguinte forma: a luz viaja em linhas retas em direção à retina, possibilitando saber a direção pelo qual a luz emanou. A partir do contato com o raio luminoso, o intelecto age e considera aquela sensação como um efeito, percorre o caminho da luz e encontra a causa, que é o objeto pelo qual a luz propagou ou refletiu.

A luz que propaga do objeto ou o reflete, viaja em linha reta em diferentes direções, de modo que os raios provenientes da direção superior e inferior se inter cruzam na retina. Assim, os raios superiores tocam o lado inferior da retina e os inferiores são projetados na parte superior, os raios provenientes da esquerda tocam o lado direito e os do lado direito tocam o esquerdo. Portanto, a partir deste exemplo oferecido por Schopenhauer, caso a visão consista

apenas na mera sensação, a realidade toda seria percebida de modo invertido. No entanto, a realidade não aparece de cabeça para baixo, mas de modo precisamente coerente, pois o entendimento (percepção, intelecto) atua sobre os órgãos sensoriais, endireitando a imagem de acordo com sua causa.

De modo detalhado, Schopenhauer explicita que o entendimento atua por meio da lei da causalidade, relaciona a sensação a um efeito, e então, o intelecto percorre inversamente o caminho pelo qual a luz propagou e projeta uma causa externa ao organismo. Outro exemplo que explicita a relação entre sensação e percepção é a paralaxe dos olhos, ou seja, o fato de que a sensação oferece uma percepção dupla do mundo, pois possuímos dois olhos que apontam para direções diferentes, mas mesmo assim, o mundo surge como apenas um. Os dois olhos formam um ângulo óptico que é focado em um determinado objeto próximo, sendo que as linhas que compõe o ângulo, ou seja, os eixos oculares partem de pontos distintos, mas convergem em um mesmo objeto. O entendimento atua sobre essa relação e compreende a causa como um único objeto externo, ao invés de dois objetos.

Outro exemplo sobre a diferença entre sensação e percepção relacionada à visão é a argumentação de que a visão é planimétrica e não estereometria, ou seja, a profundidade da realidade é uma obra do entendimento. Schopenhauer afirma que a profundidade é obtida a partir das gradações de claro e escuro fornecidas pela sensação, por isso, seria possível perceber facilmente uma cadeira, mas seria muito difícil desenhá-la tal qual se apresenta. Pois, para representar a cadeira por meio de uma pintura é preciso conhecer o processo intelectual da produção de profundidade na realidade, deste modo, a visão seria simplesmente planimétrica, sem profundidade alguma, sem diferenciação, apenas manchas coloridas. Por intermédio do intelecto a profundidade é aplicada.

Além da profundidade, a distância também seria uma característica da percepção e não da sensação; neste sentido, o processo de percepção da distância é exemplificado da seguinte forma: a visão do sujeito poderia ser representada como uma esfera côncava, em que, haveriam várias linhas partindo de um único centro até as bordas da esfera, essa seria uma regra para toda perspectiva linear dos desenhistas. No entanto, na medida em que as linhas se afastam do centro, seus intervalos aumentam progressivamente, assim, é possível obter a percepção de distância. Contudo, todos os objetos poderiam ser representados como esferas côncavas, assim, seria possível delimitar sua localização. Exemplificando a perspectiva linear: as janelas de um prédio ao longo de uma avenida possuem intervalos maiores enquanto próximas a nós, no entanto, na

medida em que os olhos vagueiam até o final da avenida, a distância das janelas diminui progressivamente, assim, se daria a percepção de localização.³

No entanto, a distância não se daria apenas no âmbito da perspectiva linear, mas também, na diferença do tamanho dos objetos, sendo que, os objetos dispostos na horizontal sempre pareceriam maiores e os objetos na vertical parecem menores. Igualmente, Schopenhauer oferece o exemplo da lua no horizonte, o tamanho dela permanece o mesmo, no entanto, sua posição horizontal a torna maior, isto seria um fenômeno cerebral e não óptico. Por intermédio de todos esses exemplos oferecidos por Schopenhauer sobre a visão, conclui-se que o entendimento atua de modo predominante sobre a sensação, ou seja, o mundo objetivo se dá por meio de um processo cerebral. Então, o intelecto é quem intui o mundo objetivo e não as sensações, e a partir disso se delinea uma diferença entre a) sensação e b) percepção: cronologicamente, a primeira é produto dos sentidos e a segunda do intelecto.

2.2 Distinção de entendimento e razão no conhecimento objetivo do mundo

A função do entendimento é puramente intelectual, portanto, é fruto de uma atividade cerebral; neste sentido, a objetividade do mundo se dá por meio de uma atividade do cérebro e não meramente na sensação. As sensações são passivas, mas o entendimento é ativo, pois compreende as sensações como efeitos e as relaciona a uma causa, e neste processo, leva em conta as características a priori de tempo e espaço; assim, se dá o mundo objetivo para Schopenhauer. Este processo é guiado principalmente pela lei de causalidade, ora, mas como isso é possível? No capítulo 1 ela é apresentada como responsável pela apreensão da modificação de estados de objetos. Contrariamente, agora a lei de causalidade é vista a partir de dentro, tornando necessário que o efeito de uma sensação tenha uma causa; no entanto, este processo não é produzido pela reflexão ainda que seja intelectual.

O conhecimento abstrato diz respeito a palavras, ao componente léxico da realidade; contrariamente, a lei de causalidade vista a partir de dentro é intuitiva e imediata, não é preciso

³ Schopenhauer elogia a arte do pintor, pois ele saberia representar as regras intelectuais de apreensão da realidade objetiva: “A arte do pintor consiste em saber manter firmemente, pela reflexão, os dados da sensação visual, como estes são *antes* dessa terceira operação do entendimento; ao passo que nós outros, tão logo tenhamos feito deles o uso acima mencionado, os lançamos fora, sem acolhê-los em nossa memória”. (§21, p. 159). Quando Schopenhauer alude à “terceira operação do entendimento” faz referência à percepção de profundidade.

reflexão para que o mundo surja objetivamente. O mero pensar, refletir é ancorado na linguagem, sendo um reflexo da realidade objetiva, portanto, seria secundário e mediato. Assim, o entendimento é responsável pela apreensão da realidade, contrariamente a isso, a razão diz respeito ao componente léxico, ambos são funções do cérebro, mas corresponderiam a objetos diferentes. Sendo assim, entendimento e razão versam sobre objetos distintos, por isso a primeira raiz do princípio de razão suficiente, conhecida como princípio do devir, está ligada ao objeto empírico e a segunda raiz, correspondente ao princípio do conhecer está ligada ao objeto “linguístico”, o pensar abstrato.

Contudo, Schopenhauer assevera que ainda que o entendimento e ação apriorística da causalidade sejam inatos, é preciso de certa experiência para que a função do entendimento se exerça com plenitude. A necessidade de “treinamento” do entendimento é explicitada pelo filósofo por intermédio do exemplo de um bebê: ainda que ele possua entendimento, não consegue formar claramente objetos ou relacionar luz e cor (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 173). A partir do exercício de experimentar o tato e a visão, o bebê passa a “ingressar” gradativamente no mundo objetivo; este exemplo demonstra mais uma vez a diferença entre percepção e sensação, afinal, ainda que um bebê possua a sensação tátil não existe garantia de que também possua percepção. O entendimento é o responsável pela apreensão de relações causais entre o próprio corpo e os outros objetos físicos, e a partir disto se dá o mundo objetivo.

Quanto aos corpos físicos, eles são governados pelas três formas da lei de causalidade, causas mecânicas, estímulos ou motivos, e a partir destas relações causais se dá a ciência em suas especificidades. Dentre os exemplos de investigação científicas ancoradas pela causalidade estão a física, química, astronomia, mecânica, todas submetidas à apreensão intuitiva da conexão causal (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 183). A apreensão de uma relação causal é imediata e intuitiva, ainda que posteriormente seja transportada para conceitos e transformada em juízos, ou seja, apoiada por palavras.

Portanto, o entendimento é fruto de um processo intuitivo de uma relação causal, ao que Schopenhauer agrega que “onde começa o cálculo, cessa o entender” (2019. §21, p. 183), explicando que durante o processo de cálculo o sujeito já está distante da conexão causal do mundo empírico, e existem apenas abstrações: a razão portanto difere de entendimento. Toda a intuição do mundo empírico seria um produto do entendimento; Schopenhauer exemplifica essa relação aludindo à estética, sendo o entendimento o artista e as sensações os operários que carregam o material (SCHOPENHAUER, 2019. §21, p. 187). Todo este processo se dá por meio da lei da causalidade, sem ela não haveria intuição empírica; em outras palavras, ela é a condição para a realidade objetiva. Neste sentido, não haveria como a causalidade estar

predisposta no mundo, ou seja, ela não poderia ser extraída da realidade, pois a apreensão do próprio mundo é condicionada pela lei causal, do seguinte modo: 1. Sensações 2. Percepção (aplicação da causalidade) 3. Efeitos provenientes da sensação 4. Causas externas.

Portanto, em linhas gerais, a concepção de causalidade para Schopenhauer é a de que ela é um produto do entendimento, que é uma faculdade intuitiva, sendo responsável pela percepção da alteração de estados dos objetos, uma apreensão da realidade objetiva que se divide em três formas: causas, estímulos e motivos. Além disso, a causalidade surge e se aplica apenas à intuição empírica; neste sentido, não é válida a aplicação da lei de causalidade em âmbito transcendente, ou seja, à coisa em si.

2.3 Sobre o conceito de matéria

Segundo Oswaldo Giacoia, a matéria mesma nunca pode ser conhecida diretamente, o acesso a ela se dá apenas de modo abstrato e não intuitivo, e a única coisa conhecida são os objetos e suas alterações (2020). O que é a matéria mesma não é conhecida, mas ela se apresenta como um puro efetivar, efeito supremo ou um “fazer ser” da realidade empírica: ela é a substância. A lei da causalidade não pode perguntar pela origem da matéria, pois toda condição e possibilidade de mundo se dá a partir dela, ou seja, ela é responsável pelo efeito e causa percebidos pela sensação e percepção. Retirando dos objetos todas as características, suas qualidades específicas que os tornam únicos, resta a matéria como pano de fundo, como o ponto raiz de conexão de todos os objetos, ela é a mesma diante do múltiplo, pois o múltiplo se dá a partir dela.

O mundo empírico, sendo um resultado de um processo cerebral do entendimento, considera as informações dos sentidos como efeitos e assim, projeta uma causa externa. Portanto, o mundo é percebido inicialmente como um efeito, tocando os objetos em seu ponto raiz de conexão, resta apenas um puro fazer efeito, essa efetivação constante seria a matéria, uma “mera eficácia em geral” (SCHOPENHAUER, 2019. §21, 193). Por isso a matéria não pode ser intuída, mas apenas pensada, pois ela é a pura causalidade aplicada, o entendimento puro em ação, puro efetivar, sendo assim, a causalidade não se aplica à própria matéria, no sentido de buscar sua origem material. Sendo substância, ela é condição da possibilidade da experiência; a partir deste ponto, Schopenhauer destaca que o mundo submetido ao princípio de razão suficiente e seus quatro objetos (mundo empírico, conceitos, espaço/tempo em si e motivação) são limitados.

No entanto, como assevera Eduardo Brandão, essa formulação schopenhaueriana não adere à concepção materialista de mundo; pelo contrário, não há objeto sem sujeito, pois a materialidade do objeto se dá pelo entendimento de modo a priori (2008, p. 279). A matéria é a priori e imutável, ela é possibilidade do mundo objetivo que em si é um puro objetivar; em outras palavras, a matéria é a condição da visibilidade, condição de conhecimento. A partir dela se dá o complexo de representação global do mundo, no entanto, isso não admite que a matéria exista em si mesma como o materialismo advoga. Contrariamente, a objetificação individual que compõe o papel e o computador (objetos particulares) é o ponto de partida do materialismo, segundo Schopenhauer, a matéria mesma não é posta em consideração. Eduardo Brandão explicita essa relação da seguinte forma: “Ora, é este o erro dos “materialistas grosseiros” que tomam a matéria já formada e qualificada (*Stoff*) como fundamento de explicação das coisas” (2008, p. 283).

Eduardo Brandão utiliza os termos *Stoff* e *Materie* para distinguir a idealidade transcendental pura e o mundo empírico com objetos particulares: *Materie* é a priori e a condição de visibilidade na representação, é a composição de todos os objetos, substância de toda realidade empírica. Em contrapartida *Stoff* também é a priori, é a percepção agindo por meio da causalidade sobre os sentidos e tomando os efeitos como causas exteriores, compondo assim, um multicolorido mundo de objetos particulares. Neste sentido, os objetos poderiam ser compreendidos como acidentes da matéria, enquanto a matéria mesma é composição de todo o resto, átomos, pessoas, casas etc. A porta de entrada para metafísica de Schopenhauer pode se dar a partir da *Materie*, o filósofo afirma:

“Que pelo caminho da representação não possamos chegar à coisa em si mesma, isto é, àquilo que existe também fora da representação, mas que, para tanto tenhamos que tomar um caminho inteiramente outro, que leva pelo interior das coisas, o qual, como que por traição, nos abre a fortaleza.” (2019, §21, p. 195)

Portanto, a concepção de mundo de Schopenhauer parte do idealismo transcendental e não do materialismo, mas mesmo assim, existe garantia de um conhecimento objetivo da realidade. A concepção de mundo apresentada diz respeito aos limites do princípio de razão suficiente, a metafísica schopenhaueriana ultrapassa esse limiar. Sendo assim, Schopenhauer se preocupou em garantir que sua filosofia não caísse em um tipo de solipsismo ou subjetivismo, existe objetividade no conhecimento do mundo. A ciência se dá enquanto um encadeamento de juízos que possuem validade de acordo com leis lógicas, por exemplo, princípio de identidade; além disso, podem estar vinculados ao mundo empírico ou podem ser ciências que tratam das

formas puras de espaço e tempo. Além disso, tudo isso é possibilitado pela lei da causalidade que dá origem ao mundo objetivo e coordena a alteração dos estados dos objetos. Schopenhauer se preocupa com o mau uso da lei de causalidade, restringindo a sua ação na matéria apenas à modificação de objetos, e assim, evita cair na busca por uma “causa primeira”, que seria objeto metafísico.

2.4 Lei de causalidade e a cientificidade na investigação da motivação humana

Na seção anterior a objetividade do mundo empírico é garantida; assim como a investigação científica, estes elementos são imprescindíveis para garantir uma filosofia consistente. No entanto, o que vem a ser essa consistência? Qualquer coisa que sinalize uma importância da empiria. Deste modo, observamos que Schopenhauer se preocupa com o modo pelo qual entendemos o mundo, garantindo a possibilidade de uma investigação racional, científica.

Além disso, quando se fala em ciência é inegável pensar no positivismo e o valor que este modelo de investigação atribui ao aspecto físico da realidade: todo tipo de concepção solipsista é posta ao ridículo quando comparada a uma posição positiva. No entanto, ainda que Schopenhauer estabeleça um paralelo com as ciências positivas na medida em que garante uma objetividade na investigação do mundo – por meio da primeira raiz do princípio de razão, correspondente à lei de causalidade –, o filósofo parte do idealismo transcendental e não do materialismo. Portanto, a investigação racional do mundo é possível, neste escopo, Schopenhauer considera como mais importante a análise da motivação humana; assim, a última raiz do princípio de razão suficiente corresponde à investigação do querer humano.

Schopenhauer aponta que uma das classes de objeto para o sujeito diz respeito ao sentido interno: é o “sujeito do querer” (SCHOPENHAUER, 2019. §40, 311), que segue a regra de que todo objeto sempre está para um sujeito. Sendo assim, o sujeito que conhece, ou seja, sujeito cognoscente encontra este objeto especial, o “sujeito do querer”, apenas internamente; por isso, somente no tempo e não no espaço. Sendo assim, além de possuir consciência do mundo empírico, também existe a consciência de um caráter interno: este objeto é denominado por Schopenhauer como vontade (SCHOPENHAUER, 2019. §41, 311). Neste sentido, não há como o sujeito cognoscente tomar a si mesmo como objeto, pois o conhecimento é dividido entre 1. Aquele que conhece e 2. O conhecido. “Em razão disso, não há, portanto, um conhecer do

conhecer; por que para tanto seria exigível que o sujeito se separasse do conhecer, e então, todavia, conhecesse o conhecer, o que é impossível” (SCHOPENHAUER, 2019. §41, p. 313).

De certo modo, o sujeito do conhecimento seria aquele que vê, mas que nunca é visto: ele é a condição de possibilidade do conhecer; neste sentido, as leis a priori que determinam a realidade empírica e o conhecimento abstrato só seriam conhecidas por serem objetos de investigação e não por serem o próprio sujeito do conhecer. Ser objeto já pressupõe um sujeito que o conheça e ser um sujeito indica simultaneamente um objeto a ser conhecido. Neste sentido, o que seria conhecido no humano como aspecto interno é um sujeito do querer e não um sujeito do conhecimento, pois o conhecer da “vontade interna” já pressupõe a ação cognoscente. Schopenhauer sinaliza que ao olharmos para nós mesmos, sempre nos encontramos “querendo”, e este querer varia em diversos graus, podendo passar de um desejo até uma ardente paixão (SCHOPENHAUER, 2019. §42, p. 317).

Para além disso, Schopenhauer define todos os movimentos internos como sentimentos e estes estariam subsumidos a diferentes movimentos da vontade, sendo que o filósofo aponta que o “nó do mundo” é o fato de que a palavra “eu” se refere tanto ao sujeito que conhece, quanto ao sujeito do querer. A partir deste ponto, parece possível delimitar um objetivo de investigação para filosofia, não se limitando apenas à reflexão sobre a identidade entre o querer e o conhecer, mas também aos estados internos do sujeito. Schopenhauer aponta que no mundo empírico dois não podem ser um; no entanto, a identidade entre querente e cognoscente ultrapassa esta concepção dual. Sendo assim, esta percepção só é possível por meio de uma faculdade denominada “autoconsciência”. De modo que Schopenhauer afirma que:

“o correlato subjetivo da primeira classe de representações é o entendimento, o da segunda é a razão, o da terceira é a sensibilidade, assim nós encontramos como o correlato desta quarta classe o sentido interno, ou, em geral, a autoconsciência.” (SCHOPENHAUER, 2019. §42, p. 317)

Schopenhauer afirma que pela motivação se deve “lançar luz sobre todos os demais conhecimentos, os quais são altamente mediados” (2019, §43, p. 139). Assim como toda investigação científica começa com um “por quê?”, as motivações humanas também podem ser amparadas por esse questionamento. Neste sentido, é priorizada uma investigação científica sobre os sentimentos, ou seja, movimentos da vontade: sem a reflexão sobre a motivação da ação, todo o corpo humano poderia ser comparado a um objeto inanimado ou a um vegetal.

A motivação seria a causalidade vista a partir de dentro, no entanto, a ação do sujeito do querer sobre o sujeito do conhecer não seria baseada na causalidade: segundo Schopenhauer, a

influência do querer sobre o conhecer se dá pela identidade entre ambos. Sendo assim, a vontade movimentaria as representações outrora presentes para o sujeito, fazendo com que se aproxime de algumas ou se afaste de outras, ela guia a atenção do sujeito do conhecimento, de modo tal que chega a influenciar a cadeia de pensamentos ou associação de ideias. No entanto, este processo seria muito rápido, de modo que muitas vezes não seria possível tomar consciência imediatamente, dando a impressão de que tal ideia ou motivação surge “aleatoriamente”. Contudo, o princípio de razão afirma que deve existir uma razão suficiente para os objetos da representação, todos os objetos estão em uma constante relação que é expressa pelo próprio princípio, ou seja, tudo possui uma causa.

A memória seria um fruto do exercício da vontade sobre as representações, ou seja, uma determinada representação se torna presente repetidas vezes e é reforçada por um ato da vontade, de modo tal que surgem marcas ou tendências a repetir. Dessa maneira, a memória é um conjunto de representações que não se mantém fixo em um reservatório, mas está em constante atualização. Disto decorreria que a falta de exercício de determinadas memórias acarreta em seu esquecimento. Schopenhauer comenta a relação entre repetição e memória, com o seguinte exemplo:

“Os ambientes e os acontecimentos de nossa infância ficam tão profundamente impregnados em nossa memória; a saber, por que, como crianças temos apenas poucas representações, e principalmente representações intuitivas, de modo que, para nos mantermos ocupados, a repetimos incessantemente.” (2019. §45, p. 325).

Logo, é possível notar que a reflexão de Schopenhauer sobre a motivação se limita ao campo da representação, portanto, ao princípio de razão suficiente, assim, possibilita uma investigação científica – racional – sobre o querer. Além disso, o filósofo argumenta que o princípio de razão suficiente do querer é o fio condutor da história, da política e da psicologia pragmática, mas quando se analisa o valor e origem dos motivos e máximas, a lei de motivação é o fio condutor da ética (SCHOPENHAUER, 2019. §52, p. 345).

3 O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO

3.1 Filosofia, Ciências Humanas e Humanidades: contextualização histórica

Nos capítulos anteriores, foi apresentada a objetividade e cientificidade do pensamento schopenhaueriano, agora no capítulo 3 a epistemologia de Schopenhauer, será relacionada com o problema das ciências humanas, especificamente o da filosofia: será analisado em que medida Schopenhauer contribuiu para a discussão contemporânea. Inicialmente, a) será apresentada uma contextualização histórica sobre a origem das ciências humanas e humanidades, b) posteriormente, o problema das ciências humanas será fundamentado, c) por fim, será apresentada uma hipótese de solução. A opção de responder aos ataques feitos às ciências humanas por meio da filosofia, é feita especificamente pela posição marginal que a filosofia ocupa no debate: entre as ciências humanas, ela é a mais atacada.⁴

Ivan Domingues, filósofo brasileiro, em seu artigo *Filosofia, humanidades clássicas e ciências humanas e sociais: atualidade de uma agenda no Brasil hoje* (2022), apresenta a distinção entre humanidades e ciências humanas, correlacionando-as à filosofia. Suas diferenças residem em programas pedagógicos e epistemológicos distintos: como consequência da disparidade entre ambos está a crise contemporânea da filosofia. Domingues argumenta que as humanidades surgiram a partir do movimento renascentista italiano *Studia Humanitatis*, que foi responsável por remodelar o sistema medieval de ensino. O antigo sistema medieval atribuía primazia à teologia, mas graças aos *Studia* a filosofia passa a ocupar lugar de destaque.

O enfoque que os *Studia humanitatis* atribuíam à filosofia estava relacionado a um aspecto prático do filosofar: questões morais e éticas eram valorizadas de modo que a filosofia não seria feita apenas em um gabinete isolado, mas possuiria um contato efetivo com o mundo da vida. A filosofia era caracterizada por possuir um aspecto retórico e erudito (DOMINGUES, 2022, p.57), de tal modo que havia uma preocupação com os componentes práticos do dia a dia. O filósofo se aproximava de um médico da alma, preocupado com os problemas concernentes

⁴ O filósofo francês Alain Badiou (1937) em sua obra *Para uma nova teoria do sujeito* (1994), afirma que o mundo contemporâneo é contrário aos quatro elementos que constituem o desejo da filosofia, são: a revolta, lógica, universalidade e a aposta. A revolta não seria valorizada, pois vivemos em um mundo que acredita na ordem natural das coisas, assim, as pessoas preocupam-se com o simples cálculo individual. A lógica e coerência racional não são valorizadas, pois a contemporaneidade está submetida a comunicação por meio de imagens rápidas e opiniões flexíveis, móveis. A universalidade não é aceita, o único universal aceitável é o dinheiro. O mundo também não valoriza a aposta, todos devem calcular seu futuro e evitar o risco dos encontros submetidos ao acaso.

ao seu tempo e à vida na cidade, exercendo um modo de filosofar que estava ligado a uma vida ativa e não meramente contemplativa.

Os *studia* surgiram entre o período de 1300 e 1500 e preconizavam um modelo pedagógico e epistemológico em que o estudo era um fim em si mesmo, fazendo da filosofia o cerne do ensino e fundamento dos estudos humanistas, por meio da retórica nas diferentes disciplinas. A linguagem era tida como modo de manifestação das paixões humanas e instrumentos da ação, por isso era atribuído grande valor à retórica. A nomenclatura “Humanidades” faz alusão ao projeto pedagógico e epistemológico promovido pela renascença italiana, porém, qual seria a distinção entre “humanidades” e “ciências humanas”?

Para responder essa questão é preciso recorrer às distinções entre os modelos educacionais do medieval, moderno e contemporâneo, focando em como os diferentes períodos trataram a filosofia. No período medieval, a filosofia possuía um papel auxiliar submetido às reflexões da teologia, no final do período medieval e início do moderno, entre 1300 e 1500, os *Studia Humanitatis* reformularam o modelo pedagógico medieval e colocaram a filosofia como carro chefe das reflexões. No período moderno, em 1599 os *Studia* são substituídos pelo modelo de ensino dos jesuítas, denominado *Ratio Studiorum*, de modo que, a escolástica medieval é resgatada. Por conseguinte, na modernidade a teologia surge novamente como linha de frente das reflexões.

Já no período contemporâneo, no século 19, surgiram as novas ciências, por exemplo, a física de Newton, nesse momento o mundo/Europa estava cada vez mais laico e sem uma pedagogia unificada (DOMINGUES, 2022, p. 53). A observação e experimentação das ciências empíricas ganham notoriedade, e a proposta dos *Studia* de uma pedagogia unificada entre filosofia, retórica e erudição não é valorizada. O ápice da diferenciação entre ciência e filosofia humanista ocorre no século XIX, momento em que surgem as “ciências humanas” como campo de conhecimento. Segundo Domingues, o termo “humanidades” é substituído por “ciências humanas”, pois assim não haveria uma associação entre ciência e a filosofia da erudição dos *Studia*. Então o termo “ciências humanas” surge para separar as novas ciências modernas – empíricas – daquelas ciências reunidas nos *Studia*.⁵

Portanto, em um nível semântico as “humanidades” seriam um outro nome para as “ciências humanas”, incluindo a filosofia, mas as semelhanças terminam por aí, pois a proposta pedagógica e epistemológica dos *Studia* não foi retomada no contemporâneo, outra coisa foi

⁵ Vale mencionar que Ivan Domingues não é um historiador da filosofia, suas construções são genéricas, mas geniais, pois constituem uma contrarresposta a posição de Michel Foucault sobre a constituição da filosofia e ciências humanas.

colocada em seu lugar: as ciências empíricas. No século XIX a filosofia passa a ser algo diferente do que era no período da renascença italiana, as ciências humanas são consideradas ciências empíricas, não mais humanidades. O foco da filosofia deixa de ser a vida ativa, ligada a questões políticas e éticas, substituindo-a por uma vida contemplativa caracterizada por especialistas disciplinares, uma filosofia técnica e profissional praticada por filósofos como Kant, Heidegger e todos nós (DOMINGUES, 2022, p. 57). Isso caracteriza a imagem do filósofo isolado em um gabinete, escrevendo e pensando sem vínculo com o mundo da vida.

Como resultado da “filosofia do isolamento” surgem as críticas feitas à filosofia: seus trabalhos não possuem utilidade, pois não produzem vacinas ou aparatos técnicos que melhorem a curto prazo a qualidade de vida da humanidade.⁶ Além disso, ronda no senso comum a ideia de que para se praticar filosofia basta formular uma opinião qualquer, nesse sentido, o trabalho do filósofo é comparado com a produção de pontos de vista desintegrados entre si; posição essencialmente relativista. As críticas direcionadas a filosofia atingem as ciências humanas no geral, o presente trabalho se concentra especificamente nas críticas direcionadas a filosofia, pois dentre todas as ciências ela é mais marginalizada. Diante deste cenário problemático, Domingues propõe uma unificação das ciências humanas e sociais, com o objetivo de combater a desvalorização que elas sofrem ao longo dos séculos. Domingues afirma que no Brasil, as ciências humanas e sociais, principalmente a filosofia, são alvo de desconfiança pelas ciências exatas, naturais, senso comum e governantes.

A solução do filósofo brasileiro é reestabelecer o papel de intelectual público do filósofo, caracterizando-o como um pensador envolvido com as questões da vida civil e as urgências de seu tempo. Além disso, Domingues afirma que o responsável por levar a cabo o projeto de unificação das ciências humanas e sociais é o filósofo, ele deverá possuir o papel de garantir a conexão das diversas áreas valorizando a interdisciplinaridade, por isso a importância da filosofia (DOMINGUES, 2022, p. 53). Considerando o papel de destaque do filósofo ao refletir sobre o problema epistemológico das ciências humanas, Arthur Schopenhauer será utilizado nesta pesquisa para pensar um possível método que unifique as ciências humanas e responda as críticas direcionadas a filosofia.

⁶ Desde a antiguidade grega constata-se que o filósofo é um inútil para a sociedade, contudo, o problema persiste no período contemporâneo, ainda que o problema seja o mesmo, podemos constatar que ele se atualiza ao longo dos anos.

3.2 Fundamentação do problema

Segundo Domingues, o processo de constituição das ciências humanas é marcado pelo abandono da concepção humanista de conhecimento, aproximando-se de um modelo científico/empírico de investigação. Mesmo assim, as ciências humanas são continuamente atacadas, principalmente a filosofia, as críticas que podem ser divididas em dois grandes blocos: i) a filosofia não é científica, é relativista, ideológica e conduz a um subjetivismo ii) ela não possui nenhum contato com o mundo da vida, é uma pura abstração sem prática, por isso as ciências da natureza teriam maior valor.

No contemporâneo, os grandes sistemas filosóficos geraram um desprestígio para a filosofia, pois neles não há uma integração entre os diferentes modelos; ganhou força a ideia de que a prática filosófica é uma questão de ponto de vista, relativista. Logicamente, parece ingênuo supor que um único sistema possa resolver completamente todos os problemas, mas é preciso destacar o mérito destes sistemas que ao produzirem uma resposta a um problema filosófico, incorreram em uma aposta. O termo aposta é apresentado aqui no mesmo sentido de Alain Badiou na obra *Para uma nova teoria do sujeito* (1994), que alude à ideia de que a filosofia se assemelharia a um lance de dados, cada formulação implica um risco que precisa ser corrido. Ainda que os sistemas filosóficos sejam problemáticos, não se pode negar os méritos das apostas que foram feitas por eles.

Como visto nos capítulos 1 e 2, o sistema filosófico de Schopenhauer oferece um modelo epistemológico objetivo, cujo propósito é evitar as confusões e erros envoltas no uso do princípio de razão; fonte de todo conhecimento científico. A partir disto, pode-se concluir que a filosofia lida com problemas reais e objetivos, logo, a acusação de que as ciências humanas não possuem vínculo com a realidade é falsa. Na realidade, a filosofia está tão próxima da vida que chega a ser difícil reconhecer seu objeto, pois muitas vezes o objeto e o investigador são os mesmos. Como visto nos capítulos anteriores, existem aspectos da realidade que não são evidentes, pois são imediatos, por exemplo, o modo pelo qual conhecemos o mundo, sentimentos ou fundamentos da razão; por serem tão próximos e constantes, muitas vezes passam despercebidos. Sendo assim, a filosofia problematiza questões relacionadas a aspectos da realidade que são indissociáveis do sujeito investigador, Schopenhauer demonstra isso muito bem ao estabelecer que o conhecimento se dá na relação indissociável de sujeito e objeto.

É inegável que as questões filosóficas de Schopenhauer estão ligadas à realidade humana em todos os aspectos possíveis, e que as soluções oferecidas se preocupam com a

objetividade do conhecimento. Mas o fato de que outros sistemas filosóficos, produzem diferentes respostas a um mesmo problema, não faz com que a filosofia seja relativista. As variadas soluções para um mesmo problema apresentam a riqueza da filosofia e ciências humanas, elas ressaltam as diferentes variáveis e a impossibilidade de um único sistema filosófico; não negam a objetividade do conhecimento. A pluralidade de perspectivas é extremamente importante e precisa ser mantida, o que precisa ser mudada é a ideia de que possa existir um único sistema completo dogmático. Nesse sentido, não apenas a produção das ciências humanas, mas também as ciências da natureza, não podem ser absolutamente assertivas, pois o problema não diz respeito às ciências humanas ou ciências da natureza, mas à complexidade dos fenômenos e a possibilidade de falseamento das teorias.

Existem diferenças entre as ciências humanas e as ciências da natureza, a análise de um mineral é tão complexa quanto a investigação sobre as ações humanas, o diferencial de ambas é o objeto investigado, não faz sentido algum considerar uma ciência superior à outra, pois ambas procuram compreender os fenômenos. Ainda que cada ciência possua um objeto distinto de investigação, o mérito de Schopenhauer é apresentar o princípio de razão como fundamento de todo conhecimento; correlacionando-o à fundamentação da própria ciência. Neste sentido, para além da discussão em que cada ciência possui um objeto distinto, todas são guiadas pelo princípio de razão. Não é nova a ideia de que as ciências são diferentes por possuírem objetos de investigação e metodologias diferentes, essa dissemelhança metodológica inicia a reflexão sobre o problema epistemológicos das ciências humanas.

A epistemologia das ciências humanas começou no fim do século XIX, chegando em seu auge no século XX por meio da crítica das teorias de conhecimento clássicas. O problema surge no século XIX, por meio da tentativa de angariar uma identidade própria para as ciências humanas, por exemplo, Wilhelm Dilthey (1833 – 1911), afirma que o método das ciências do espírito – filosofia – difere das ciências da natureza, a identidade filosófica – das ciências humanas – estaria centrada na hermenêutica, um método compreensivo. Contrariamente, as ciências da natureza estariam atreladas a um modelo explicativo da realidade, seria um método positivista. Portanto, em linhas gerais, o problema epistemológico das ciências humanas, em particular da filosofia, se dá segundo Dilthey a partir da tentativa de estabelecer um método próprio. Schopenhauer estabelece um modelo epistemológico que confere a filosofia e ciências humanas um método próprio, contudo, sua teoria do conhecimento se estende também as ciências formais e naturais: ele oferece uma teoria geral da realidade e como a compreendemos.

Para garantir a objetividade das ciências é preciso um método, assim, garante-se a possibilidade de trilhar um caminho seguro para uma descrição mais “completa e fiel” dos

fenômenos. Dada a complexidade da realidade, é possível que se encontre a “verdade” e ela não seja reconhecida, (DOMINGUES, 2004, p. 139) pode-se também utilizar de um método de investigação que nos afaste ao invés de nos aproximar da melhor descrição do fenômeno. A objetividade na investigação científica é necessária, pois garante que as variadas concepções se desvinculem de meras construções relativistas e, passem a ser vistas como fundamentações objetivas vinculadas à realidade. Ainda que o grau de assertividade da ciência não seja absoluto, isso não significa que tudo se resume a diversos pontos de vista desconexos, pois o que garante a objetividade da pesquisa é a proximidade com o real. Sendo assim, para identificar o que é o real, precisa-se de um método, pois muitas vezes as intuições próprias, sentidos, paixões e aversões conduzem ao erro ou podem alterar os resultados da pesquisa. (DOMINGUES, 2004, p.138).

Assim sendo, o método é garantia de que possa existir objetividade na investigação, sendo que, i) o método diz respeito a um conjunto de regras, etapas e fontes a serem consultadas na pesquisa, ii) a objetividade versa sobre o contato com o real. (DOMINGUES, 2004, p. 140) Sendo assim, é preciso determinar objetivamente qual é a realidade, para que seja possível eleger qual o melhor método para investigá-la. A partir disso, podemos constatar que as ciências humanas e as ciências da natureza são objetivas e metodológicas, ou seja, ambas utilizam um critério para determinar o que é real e um método para investigá-lo.

3.3 A questão das ciências humanas a partir de Schopenhauer

Diante da crise em que a filosofia se encontra, Domingues apresenta uma proposta de solução no artigo *Filosofia, humanidades clássicas e ciências humanas e sociais: atualidade de uma agenda no Brasil hoje* (2022). Ele atribui ao filósofo a responsabilidade por pensar uma integração entre ciências humanas e sociais, portanto analisaremos a filosofia presente na *Quadrúplice Raiz*. O objetivo é demonstrar como a epistemologia de Schopenhauer pode oferecer um método para filosofia e ciências humanas, além de garantir a objetividade no conhecimento do mundo. Quando Schopenhauer escreve a *Quadrúplice*, sua preocupação está centrada no estabelecimento das condições do conhecimento, a partir disso seria possível ganhar clareza no filosofar e evitar a repetição de confusões ao longo da história da filosofia.

Schopenhauer argumenta que utiliza um método específico para investigar o princípio de razão, o método respeita duas leis: homogeneidade e especificação. A lei de homogeneidade é apresentada como responsável pela reunião de diversas espécies de acordo com suas

semelhanças, até que sob um gênero e posteriormente uma família chega-se a um conceito que abarque tudo – o mérito dessa lei é atribuído a Platão. A lei de especificação consiste na importância de não diminuir desnecessariamente o número unidades essenciais, é preciso determinar as espécies superiores e inferiores de um gênero, essa lei é atribuída a Kant.

“Kant ensina que ambas as leis são princípios transcendentais da razão, que postulam *a priori* a concordância das coisas com eles, e Platão parece expressar a mesma coisa a seu modo ao dizer que essas regras, a que toda ciência deve seu surgimento, nos teriam sido lançadas da morada dos deuses juntamente com o fogo de Prometeu.” (SCHOPENHAUER, 2019. §2, p. 31)

Schopenhauer utiliza um método específico para analisar o princípio de razão e suas quatro raízes, que são expressões do aspecto formal e empírico de nosso conhecimento. Segundo o filósofo, toda a ciência teria origem a partir do método (homogeneidade e especificação) e sua função é analisar a realidade de modo objetivo, para assim, edificar um conhecimento seguro sobre o mundo e nós mesmos. Sendo assim, ao formular as raízes do princípio, Schopenhauer evidencia uma preocupação com a objetividade da investigação, e conclui que é preciso determinar em primeiro lugar como conhecemos, posteriormente o que é conhecido.

Para Schopenhauer, a ciência segue o fio condutor do princípio de razão suficiente, explicando a relação que os fenômenos estabelecem entre si, enquanto a filosofia elabora o modelo epistemológico (figuras do princípio) utilizado pela ciência. Além disso, a filosofia poderia penetrar no interior do mundo ou no outro sujeito, ultrapassando o princípio de razão, por meio da metafísica. A hipótese é a de que o mérito de Schopenhauer em relação às ciências humanas e naturais, é o estabelecimento de uma teoria da realidade por meio da epistemologia. O modelo epistemológico do princípio de razão versa apenas sobre a representação – relação entre sujeito e objeto –, e a transitoriedade e determinação recíproca dos fenômenos. Sendo assim, o princípio de razão não é transcendente (metafísico), mas transcendental, pois é a base e condição de toda possibilidade de experiência do mundo objetivo.

Porém, é preciso diferenciar objetividade e objetividade, para Schopenhauer, a explicação “completa” do mundo ultrapassa a relação de sujeito e objeto: é denominada objetividade. A objetividade (aspecto completo) versa sobre o caráter formal da realidade, que é anterior aos fenômenos, nesse sentido, Schopenhauer se aproxima do conceito de “ideia” proposto por Platão; o mundo fenomênico seria uma cópia da forma. A “Vontade” em si não é diretamente acessível, mas sua objetivação mais perfeita são as “ideias”, formas imutáveis que podem ser

explicadas pelo princípio de razão, mas sempre perdendo a riqueza da experiência e nunca revelando o que são em si. Por exemplo, Gravidade e Magnetismo são compreendidos como forças naturais inalteráveis (ideias) que escapam ao princípio de razão, ainda que possam ser explicadas por ele; o “quê” do mundo, permanece obscuro. Logo, a objetividade está associada à metafísica, em contrapartida, a objetividade está atrelada ao transcendental, ou seja, a lei *a priori* do princípio de razão suficiente. Contudo, ainda que Schopenhauer recorra à metafísica, não é possível alegar que sua filosofia não possua uma metodologia objetiva; a objetividade é fundamental para responder as críticas direcionadas à filosofia e ciências humanas.

A epistemologia presente na Quadrúplice *raiz* pode ser compreendida como uma teoria da realidade, pois procura definir o real a partir de nossas faculdades de conhecimento. Segundo Domingues, para que um método seja efetivo é preciso recolher indícios da realidade, assim é trilhado um caminho que pode ser percorrido com segurança, pois é objetivo.

“Instaurando uma visão objetiva sobre a realidade, o método instala a verdade e fornece os critérios de sua aceitação. No caso, uma verdade objetiva e uma criteriologia objetiva, tendo por *index* os “indícios” da própria realidade. [...] o método atinge sua mais alta excelência (a lembrar que a palavra método vem do grego métodos, que significa caminho – caminho para a verdade), fechando o círculo do conhecimento, que começa pela pergunta pela verdade e termina com sua aquisição.” (DOMINGUES, 2004, p. 140)

Schopenhauer apresenta os indícios do real e como o conhecemos, para isso utiliza um método que respeita as leis de homogeneidade e especificação, assim, determina por um nome próprio as quatro acepções possíveis do princípio de razão suficiente. No entanto, é muito difícil determinar com precisão o que é o real, por isso existem uma profusão de métodos diferentes. Contudo, Domingues afirma que é preciso encontrar “uma região mais profunda do mundo das coisas que, uma vez encontrados, permitam determinar objetivamente qual é a verdadeira realidade” (DOMINGUES, 2004, p. 140). O filósofo brasileiro constata que existe uma diferença entre o real e o manifesto, a realidade estaria escondida e precisa de um método específico para ser encontrada.

Schopenhauer, parece aludir a esse “real escondido”, por exemplo, ao afirmar que o encadeamento das ideias não é aleatório, mas respeita uma regra causal, assim como, a própria matéria (empírica) é regida pela causalidade. Além disso, a causalidade também seria a condição de apreensão do mundo externo, tomando as impressões dos sentidos como efeitos e projetando uma causa objetiva exterior. Logo, pode-se notar que a “teoria da realidade” ou “modelo epistemológico” de Schopenhauer é objetivo e preocupa-se com a clareza do conhecimento. Não se trata de argumentos retóricos, o filósofo alemão afirma:

“Espero que com isso algo possa ser ganho para a clareza e a determinação no filosofar, e considero a maior compressibilidade possível, a ser efetuada por meio da exata determinação do significado de cada expressão, como uma exigência imprescindivelmente necessária para a filosofia, para nos proteger do erro e do engano proposital, e para fazer que todo conhecimento adquirido no domínio da filosofia seja uma propriedade segura que não possa de novo ser-nos arrebatada por equívocos ou ambiguidades posteriormente descobertos. Em geral, o genuíno filósofo procurará por toda parte clareza e nitidez, e se esforçará sempre por não se igualar a um riacho pluvial turvo e torrencial, porém antes a um lago suíço que, por meio de sua calma, tem grande clareza em grande profundidade, clareza graças à qual somente a própria profundidade se torna visível.” (SCHOPENHAUER, 2019. §3 p. 33)

Segundo Germer, Schopenhauer constata a impossibilidade de escapar do idealismo na produção filosófica, pois toda a realidade está submetida a uma representação cerebral (GERMER, 2022, p. 19). No entanto, o idealismo transcendental não coloca em questão a existência da realidade empírica, mas elucida que os fenômenos se dão apenas pelo intermédio de um intelecto. O aspecto formal da realidade é determinado segundo o princípio de razão suficiente e suas quatro formas: a) causalidade (fenômenos empíricos), b) conceitos (verdade), c) espaço e tempo (em si mesmos), d) motivação (aspectos internos, causalidade a partir de dentro). Desse modo, enquanto a ciência explica os fenômenos a partir do princípio de razão, a filosofia é anterior, pois determina as figuras do princípio. O trabalho epistemológico de Schopenhauer consiste na apresentação das “condições de apreensão do real”, real este que surge em primeiro lugar como representação e em segundo como princípio de razão suficiente.

Germer, afirma que toda ciência pressupõe o princípio de razão e a Força Natural (responsável pela origem dos fenômenos), contudo, o princípio se restringe apenas à aparição das forças naturais, enquanto fenômenos, identificando a regularidade e as leis de seu aparecimento (GERMER, 2022, p. 36). A ciência não investiga o interior da Força Natural, mas apenas seu aspecto externo. Como a ciência se baseia no princípio de razão, ela sempre versa sobre a relação de um objeto com outro, logo, ainda que a ciência seja objetiva, ela é relativa, pois os objetos sempre dependem de um estado anterior que os tenha precedido.

Apesar da filosofia de Schopenhauer se basear no idealismo transcendental (forma *a priori*) e dividir espaço de experiência e metafísica, isso não significa que sua filosofia não possua objetividade. São apresentados dois pontos de vista distintos, o primeiro é relacionado ao mundo da representação, governado pelo princípio de razão e objeto de investigação da ciência. Em outro ponto de vista está o mundo como Vontade, inferida a partir do próprio sujeito do querer. Germer afirma que Schopenhauer concebe a filosofia como “uma espécie de espelho conceitual de toda realidade” (GERMER, 2022, p. 14). A filosofia, portanto, seria uma cópia abstrata do mundo.

O filósofo Ivan Domingues afirma que o problema do método está relacionado à dificuldade de determinar os indícios da realidade (DOMINGUES, 2004, p. 140), mas Schopenhauer apresenta os “indícios” do real, por meio do princípio de razão suficiente. Nesse sentido, a filosofia de Schopenhauer oferece um modelo epistemológico consistente sobre a realidade e como a compreendemos: o mundo seria composto pela relação indissolúvel entre sujeito e objeto, submetida à lei da causalidade. A filosofia de Schopenhauer oferece uma “teoria da realidade” ou “modelo epistemológico” que está além de uma especificidade disciplinar da filosofia, o que está posto parece ser aquilo que Domingues chama de “epistemologia geral”:

“Então, haverá uma epistemologia geral, que se ocupará do conhecimento filosófico, do conhecimento científico, do conhecimento empírico, podendo haver outros, e haverá também uma epistemologia aplicada: aplicada a campos disciplinares específicos das ciências, como a física, a química, a biologia e as ciências humanas e sociais.” (DOMINGUES, 2022, p. 20)

Sua “teoria da realidade”, do princípio de razão, subsidia a investigação científica de causas, fisiologia das plantas e motivação animal, além do espaço e tempo em si, objetos da aritmética, álgebra e geometria. Esses objetos de investigação estão vinculados a uma *práxis*, por exemplo, além de teorizar sobre a motivação humana e causas mecânicas, é possível observá-las *in concreto*, portanto a epistemologia de Schopenhauer oferece o elemento intuitivo e abstrato da realidade. Não existe relativismo extremo na formulação do princípio de razão, pois ainda que os objetos estejam em uma ligação relativa entre si, é inegável a objetividade da ação causal sobre eles. Desta forma, seguindo a proposta de Ivan Domingues, a hipótese a que se chega é: o filósofo seria responsável por pensar a reunião entre as ciências humanas e sociais e, Schopenhauer apresenta essa reunião por meio do princípio de razão. Contudo, Schopenhauer nos leva além, pois ao invés de simplesmente ressaltar as diferenças entre ciências humanas, ciências da natureza e tecnociências, sua filosofia apresenta as semelhanças: todas estão submetidas ao princípio de razão. Schopenhauer também apresenta a importância do filósofo para determinar as bases do conhecimento humano, para então, reconhecer o real sem dogmatismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida do trabalho foi o problema epistemológico das ciências humanas e o programa filosófico de Ivan Domingues, por isso toda a problemática das ciências humanas foi analisada a partir da filosofia e não, por exemplo, da sociologia e antropologia. Os problemas das ciências humanas são: a questão do método, as acusações de não cientificidade e o relativismo. Por meio do programa de Domingues, o filósofo Schopenhauer foi utilizado para propor um método para as ciências humanas e responder aos ataques feitos à filosofia/ciências humanas.

No capítulo um, o princípio de razão suficiente foi apresentado como base de todo conhecimento possível, estabelecendo que existe uma razão suficiente para que as coisas sejam de uma forma e não de outra. Concluímos que o referido princípio apresenta o modo pelo qual nos relacionamos com o mundo empírico (por meio do intelecto), conceitos (por meio da razão), espaço e tempo (por meio da sensibilidade), e a motivação humana (por meio da consciência de si). No capítulo dois foi demonstrada a objetividade do conhecimento de mundo, por meio do entendimento, assim, desvinculando a filosofia de Schopenhauer de um subjetivismo ou relativismo epistemológico. Daí se extrai que a objetividade no conhecimento do mundo foi garantida a partir da primeira raiz do princípio de razão, onde a lei da causalidade é apresentada a partir de três componentes: a) causas físicas e químicas, b) estímulos e c) motivos. Além disso, a causalidade também seria responsável pela apreensão do mundo objetivo, tomando os dados provenientes dos sentidos como efeitos e projetando uma causa externa, o mundo empírico. Sendo assim, não é possível um relativismo na epistemologia de Schopenhauer: existe um mundo objetivamente identificável que segue determinadas características de regularidade, e é determinado *a priori* pelo princípio de razão.

No capítulo três foi apresentada uma introdução sobre a constituição das ciências humanas como campo disciplinar, momento em que foi constatado a proximidade entre ciências empíricas e sua coligação com o início das ciências humanas. Também foi apresentada a hipótese de Domingues sobre o papel do filósofo em relação aos problemas das ciências humanas. Posteriormente, o problema epistemológico dessas ciências foi apresentado em três momentos: a relatividade da filosofia/ciências humanas (sem objetividade), a sua inutilidade (desvinculada da vida), e após a questão do método. Por fim, constata-se que Schopenhauer oferece uma teoria de realidade que serve como modelo epistemológico objetivo para as ciências em geral, portanto útil.

Concluo esta pesquisa indicando os limites deste trabalho. No primeiro capítulo, a concepção de ciência, de Schopenhauer, foi desenvolvida baseada unicamente na obra *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*, carecendo de um maior aprofundamento; bem como uma explicação mais pormenorizada da segunda raiz (razão) e da terceira raiz (sensibilidade). Também não foram exploradas as implicações metafísicas do trabalho de Schopenhauer ou os possíveis problemas do idealismo transcendental. No terceiro capítulo, foi apresentada a origem das ciências humanas pautada no cenário europeu, carecendo de uma explicação sobre a origem das ciências humanas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a Quadrúplice Raiz do Princípio de Razão Suficiente**. Tradução de Oswaldo Giacoia Junior e Gabriel Valladão Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

BRANDÃO, Eduardo. **A Concepção de Matéria na Obra de Schopenhauer**. São Paulo: Humanitas, 2008.

GERMER, Guilherme. **A beleza, segundo Schopenhauer**. São Paulo, SP: Editora Lux, 2022.

GERMER, Guilherme. A fundamentação de Schopenhauer da psicologia empírica e científica. **Eleutheria**, v. 07, n. 13, p. 74-96, 2022. Disponível em: <https://intermeio.ufms.br/index.php/reveleu/article/download/15479/11424>. Acesso em: 23 mar. 2023

Matéria e Causalidade na Quadrúplice Raiz do Princípio de Razão Suficiente - Oswaldo Giacoia, 2020. (122 min). **Publicado pelo canal Luan Corrêa da Silva**. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/L9OntqS64fM?feature=share>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DOMINGUES, Ivan. Filosofia, humanidades clássicas e ciências humanas e sociais: atualidade de uma agenda no Brasil de hoje. **Discurso**, v. 52, n. 1, p. 46-64, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/200492>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das Ciências Humanas – tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. *In: As ciências humanas e exigência de objetividade: as vias de Durkheim, Marx, Freud e Weber*. 1º ed. São Paulo, 2004. p. 137 – 163.

DOMINGUES, Ivan. Entrevista com Ivan Domingues: Epistemologia das ciências humanas. Entrevista concedida a Weiny César Freitas Pinto e Allison Vicente Xavier Gonzalez. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, n. 3, p. 13-32, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/13461>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BADIOU, Alain. **Para uma Nova Teoria do Sujeito**. Tradução: Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré – Rio de Janeiro. Editora: Relume-Dumará, 1994.